

Superior Tribunal de Justiça

**RE nos EDcl no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.561.883 - PB
(2015/0266899-6)**

RELATORA : **MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**
RECORRENTE : JOSE RAMOS DA SILVA E EDVAN CARNEIRO DA SILVA
ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADOS : JOSÉ RAMOS DA SILVA
ANTÔNIO NABOR AREIAS BULHÕES - DF001465A
RODRIGO ALBUQUERQUE DE VICTOR E OUTRO(S) -
DF022050
HERMANO PONTES DE MIRANDA NETO - PE025254
RODRIGO AUTRAN SPENCER DE HOLANDA - PE023002
GESSICA FERNANDA BORGES MIOTTO
RECORRIDO : UNIÃO
ASSISTENTE : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO
BRASIL
ADVOGADO : OSWALDO PINHEIRO RIBEIRO JÚNIOR E OUTRO(S) -
DF016275

EMENTA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA. REPRESENTAÇÃO. ASSOCIADOS. ARTIGO 5º, INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ALCANCE. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. TEMA 82/STF. **ACÓRDÃO RECORRIDO QUE REFUTA JUÍZO DE RETRATAÇÃO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO ADMITIDO.**

DECISÃO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por JOSE RAMOS DA SILVA E EDVAN CARNEIRO DA SILVA ADVOGADOS ASSOCIADOS, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fl. 208):

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATADOS EXCLUSIVAMENTE PELA ASSOCIAÇÃO. RETENÇÃO PELO ESCRITÓRIO CONTRATADO. AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DOS FILIADOS. IMPOSSIBILIDADE ANTE A INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO CONTRATUAL ENTRE OS FILIADOS SUBSTITUÍDOS E O ADVOGADO. ART. 22, § 4º, LEI 8.906/94.

1. Trata-se na origem de execução de título judicial oriundo de ação coletiva promovida por Associação dos Servidores Públicos Federais Ativos, Aposentados e Pensionistas do Estado da Paraíba, na condição de substituto processual. No Recurso Especial, discute-se a possibilidade de destacar os honorários contratuais em favor dos substituídos sem que

Superior Tribunal de Justiça

haja autorização dos últimos ou procuração outorgada por eles aos citados causídicos.

2. "Ainda que seja ampla a legitimação extraordinária da Associação para defesa de direitos e interesses dos integrantes da categoria que representa, a retenção sobre o montante da condenação do que lhe cabe por força de honorários contratuais só é permitida com a apresentação do contrato celebrado com cada um dos filiados, nos termos do art. 22, § 4º, da, Lei n. 8.906/94, ou, ainda, com a autorização deles para tanto." (REsp 1.464.567/PB, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/02/2015, DJe 11/02/2015).

Agravo regimental improvido.

Os embargos declaratórios opostos na sequência foram rejeitados.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 292/309), sustenta a parte recorrente que está presente a repercussão geral da questão tratada e que o acórdão combatido afronta os artigos 5º, XXI, e 8º, III, da Constituição Federal. Pleiteia, em suma, "seja afastada a exigência de apresentação de autorizações individuais para a retenção dos honorários contratuais para todos os servidores/substituídos, mantendo-se a legitimidade ampla e extraordinária nos termos daquilo decidido nos RE 883.642 e RE 573.232, em sede de repercussão geral."

Às fls. 341/342, a então Presidente do Superior Tribunal de Justiça não admitiu o recurso extraordinário e, interposto agravo, o seu relator no Supremo Tribunal Federal determinou a devolução dos autos a esta Corte Superior para fins de juízo de retratação pelo órgão julgador, nos termos dos artigos 1.036, *caput* e § 3º, 1.039, *caput* e parágrafo único, e 1.040 do Código de Processo Civil (fls. 369/370).

Todavia, devolvidos os autos por despacho da Presidência do Superior Tribunal de Justiça ao órgão julgador (fls 373/374), a Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça manteve o seu entendimento, em acórdão assim sumariado (fls. 394/395):

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS CONTRATADOS EXCLUSIVAMENTE PELA ENTIDADE ASSOCIATIVA. AUTORIZAÇÃO EXPRESSA EM ASSEMBLEIA. IMPOSSIBILIDADE DE RETENÇÃO EM FAVOR DOS ADVOGADOS CONTRATADOS. AUSÊNCIA DE DIVERGÊNCIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO N. 537.232, SUBMETIDO À SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DO RECURSO ESPECIAL EM RECURSO DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO.

I - De acordo com o art. 1.030, II, do Código de Processo Civil, apresentada a petição de recurso, o processo deve ser encaminhado ao órgão julgador para realização do juízo de retratação, se o acórdão recorrido divergir do entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça exarado, conforme o caso, nos regimes de repercussão geral ou de recursos repetitivos.

II - No presente caso, por considerar, a princípio, que o acórdão recorrido e proferido por esta Segunda Turma poderia divergir do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do

Superior Tribunal de Justiça

Recurso Extraordinário n. 537.232, submetido à sistemática da repercussão geral, a Presidência da Corte Suprema determinou o retorno dos autos ao Superior Tribunal de Justiça para o eventual juízo de retratação.

III - No julgamento do mencionado recurso extraordinário, o Supremo Tribunal Federal firmou a tese contida no Tema n. 82, com a seguinte redação: "Possibilidade de execução de título judicial, decorrente de ação ordinária coletiva ajuizada por entidade associativa, por aqueles que não conferiram autorização individual à associação, não obstante haja previsão genérica de representação dos associados em cláusula do estatuto".

IV - No curso do referido julgamento, o Supremo Tribunal Federal considerou que, além da autorização expressa por ato individual, a autorização expressa em assembleia também confere legitimidade judicial à entidade associativa para representar os seus filiados em juízo, mas nada deliberou acerca do direito à retenção dos honorários advocatícios decorrentes de contrato firmado entre a entidade associativa e os respectivos advogados.

V - Em que pese, portanto, a determinação da Presidência do Supremo Tribunal Federal, ao considerar necessário contrato expresso por cada um dos filiados para a retenção dos honorários advocatícios, a decisão anterior proferida no presente recurso especial não diverge da orientação contida na tese firmada no Tema n. 82, decorrente do julgamento do Recurso Extraordinário n. 573.232, segundo a qual a autorização expressa também em assembleia confere legitimidade judicial à entidade associativa para representar os seus filiados em juízo.

VI - Ao firmar a tese contida no Tema n. 82, a Corte Suprema não se referiu à retenção dos honorários advocatícios decorrentes de contrato firmado entre a entidade associativa e os respectivos advogados, razão pela qual a decisão final do recurso especial deve prevalecer.

VII - Decisão do recurso especial mantida.

É o relatório.

O Supremo Tribunal Federal, no julgamento do Recurso Extraordinário 573.232 (Tema 82/STF), firmou o seguinte entendimento:

I – A previsão estatutária genérica não é suficiente para legitimar a atuação, em Juízo, de associações na defesa de direitos dos filiados, sendo indispensável autorização expressa, ainda que deliberada em assembleia, nos termos do artigo 5º, inciso XXI, da Constituição Federal;

II – As balizas subjetivas do título judicial, formalizado em ação proposta por associação, são definidas pela representação no processo de conhecimento, limitada a execução aos associados apontados na inicial.

Confira-se a ementa do julgado:

REPRESENTAÇÃO – ASSOCIADOS – ARTIGO 5º, INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ALCANCE. O disposto no artigo 5º, inciso XXI, da Carta da República encerra representação

Superior Tribunal de Justiça

específica, não alcançando previsão genérica do estatuto da associação a revelar a defesa dos interesses dos associados. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL – ASSOCIAÇÃO – BENEFICIÁRIOS. As balizas subjetivas do título judicial, formalizado em ação proposta por associação, é definida pela representação no processo de conhecimento, presente a autorização expressa dos associados e a lista destes juntada à inicial.

(RE 573232, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Relator(a) p/ Acórdão: Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 14/05/2014, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-182 DIVULG 18-09-2014 PUBLIC 19-09-2014 EMENT VOL-02743-01 PP-00001)

E, estando o acórdão recorrido, em princípio, em discordância com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal em sede de repercussão geral, e tendo sido, já, **refutado o juízo de retratação pelo órgão julgador**, impõe-se a remessa do feito ao Supremo Tribunal Federal, nos termos do artigo 1.030, inciso V, alínea 'c', do Código de Processo Civil:

Art. 1.030. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá:

[...]

V – realizar o juízo de admissibilidade e, se positivo, remeter o feito ao Supremo Tribunal Federal ou ao Superior Tribunal de Justiça, desde que

[...]

c) **o tribunal recorrido tenha refutado o juízo de retratação.**

Ante o exposto, **admito o recurso extraordinário**, nos termos do art. 1.030, inciso V, alínea "c", do Código de Processo Civil.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente